

## CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DOS IMPOSTOS E INSTITUIÇÕES FISCAIS

DATA	ACONTECIMENTOS	INSTITUIÇÕES	IMPOSTOS
1433	D. Duarte faz doação das ilhas da Madeira e Porto Santo ao infante D. Henrique		
1444			Carta de privilégio e isenção aos moradores da Madeira e Porto Santo do pagamento da dizima e portagens das mercadorias do reino
1476.09.27			Sisa, imposto sobre vendas cobrado pelos municípios passa para a alçada da coroa
1477		Criação da alfândega do Funchal	
1498	D. Manuel declara a ilha da Madeira Realenga, acabando com o senhorio.		
1477			
1509		Regimento das Cazas das Índias e da Mina	
1516.10.17		Regimento dos vedores da Fazenda	
1587			Foral da alfândega de Lisboa
1560		Fusão dos Contos de Lisboa e os do Reino e Casa	
1591		criação do Conselho da Fazenda	
1627.09.03		Regimento da Casa dos Contos do Reino e Casa centraliza a contabilidade da fazenda pública da Metrópole e Ultramar	
1641.02.27 09.05			Abolição das meias-anatas Décima militar: imposto geral sobre os rendimentos
1643.01.24			Restabelecimento, por três anos, do imposto das meias-anatas, com o nome de novos direitos
1654.04.12			Décima militar: incidem também sobre rendas anuais de negócio, trato e maneio
1660.12.24			Regimento do papel selado
1668 .01.10			Abolição do papel selado Regimento dos alfândegas dos portos secos molhados e vedados

1713.06.24			Regimento dos Ministros e Officiais da Justiça e Fazenda
1720.09.16			Alvará isentando de direitos de exportação de açúcar
1750.01.16			Redução de direitos de entrada do açúcar e tabaco
1754.1.09		Regimento do Conselho da Fazenda	
1758.10.03			Alvará sobre os direitos dos quintos
1760.09.05 .09.18		Regimento dos juizes executores e oficiais da fazenda real	Isenção de impostos sobre peles e couros fabricados no reino
1761.12.22		Extinção da Casa dos Contos, Criação do Tesouro Geral ou Erário Régio	
1772			Criação do subsídio literário para ocorrer as despesas com o ensino
1782.03.14			Pauta Geral para a Alfandega Grande de Lisboa, extensiva às outras .
1788		Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em substituição da Junta de Comércio e Erário Régio	
1797.03.10			restabelecimento do papel-selado
1804.01.24			Abolição do imposto do papel selado
1805.04.02			Aumento da contribuição para as fragatas de guerra(de 1%para 2%) que onerava todos os géneros despachados nas alfândegas
1809.04.28			Isenção dos direitos de importação das matérias-primas importadas para as manufacturas nacionais
1820.08.24			Revolução liberal
1821.09.23 .03.20	Aprovação da Constituição	A Constituição estabelece o lugar de Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e um Contador da Fazenda por cada distrito	Supressão e abolição de alguns direitos banais
1822		A Constituição atribui às Cortes o poder de fixar anualmente as despesas públicas, os impostos e fiscalização dos gastos.	
1823.05.27	Vila-francada: sublevação militar de D. Miguel		
1824.04.29	Abrilada		
1826.04.29		A Constituição refere a necessidade de um balanço geral da receita e despesa do Tesouro, orçamento geral das despesas públicas, contribuições e rendas públicas	

1828.03.28			Obrigatoriedade de uso do papel selado
1830.11.06			Abolição todos direitos, contribuições, dízimas ou imposições sobre pescarias, estabelecendo em seu lugar a licença de pesca
1832.04.06 .4.19			- Extinção do pagamento de sisa sobre bens móveis e semoventes, exceptuando as vendas e trocas de bens de raiz - Supressão da jugada - Abolição da sisa sobre as transacções de bens móveis
1834		Criação da Contadoria do Tribunal do Tesouro Público	
1835.02.20		Reorganização da Alfandega do Funchal	
1837.12.20			Regime do imposto de selo
1838.02.21 .04.97			Imposto sobre a transmissão de propriedade Reforma da lei do selo, atribui-se à Junta de Crédito Público o seu rendimento
1841.03.11			Pauta Geral de direitos de entrada e saída e armazenagem
1842.01.27 .03.09	Restauração da Carta Constitucional	Restabelecimento do Tribunal do Tesouro Público	
1843.07.01 .07.26			Reforma das contribuições e instituição da décima de repartição Décima predial ou industrial é acrescida de um quinto como contribuição extraordinária para as estradas
1845.04.19 .06.22			Contribuição predial Extinção dos forais
1846.04.15	Maria da Fonte: sublevação popular no Minho		
1848.07.26		Lei da receita e despesa	
1852.07.05			Acto Adicional confirma a anuidade dos impostos
1856.12.22			Pauta Aduaneira
1857.04.15			Extinção do subsídio literário no continente
1860.06.30 .07.30 .07.30			Contribuição de registo substitui os impostos de transmissão e a sisa - Criação da Contribuição Industrial que substitui a décima industrial - Extinção dos impostos: décima industrial, manei de

07.30			fábricas e adicionais - Agravamento de 30% Da décima de juro, para fazer face aos encargos com a viação
1861.09.11 12.18			Extinção do subsídio literário nas ilhas Pauta Aduaneira
1863.12.12		Direcção Geral de Contabilidade Pública	Regulamento geral da Contabilidade Pública
1867.12.07			Imposto de Consumo
1868.01.04	Janeirinha: Tumultos no Porto e Lisboa devido aplicação do imposto de consumo		
1869		Reorganização da Fazenda Pública	
1870.01.04		Regulamento Geral da Administração da Fazenda e da Contabilidade	
1880.05.17			Reforma da Contribuição Predial, passando para o sistema de quotidade
1880.06.18			Imposto sobre o rendimento: de capitais imobiliários, do exercício de qualquer emprego, de propriedade imobiliária, de comércio e indústria, de outra proveniência
1881.04.21 .06.25 08.31		Reforma da Contabilidade Pública Regulamento da Contabilidade Pública	Suspensão da aplicação do imposto sobre o rendimento
1882.07.06			Aprovação da pauta aduaneira, extensiva às ilhas em 30 de Nov.
1896.07.03 .07.16			Regulamento de Décima de Juro Regulamento da contribuição industrial
1907.10.21			Regime especial de tributação de seguros: 2% sobre prémios de seguros de vida ou resseguros, 5% sobre outros prémios
1910.10.05	Implantação da República		
1911.05.04 .01.24 .04.24			Reorganização da Contribuição Predial, passa a usar o método de repartição Abolição da contribuição sobre as rendas de casa Alteração cobrança da Contribuição Predial Criação de imposto proporcional de 2% sobre as heranças a favor dos descendentes e imposto suplementar

08.21 12.24 12.31	Nova Constituição		progressivo para as transmissões a título gratuito  Reorganização do Imposto de Registo Abolição do Imposto sobre o Consumo de certos géneros em Lisboa
1913.02.13 06.05 08.23			Novo processo de Rectificação das matrizes prediais Código da Contribuição Predial Código de Execuções Fiscais Décima de juros passa a chamar-se Contribuição de juros
1918.07.12			As Taxas de Contribuição de registo são progressivas e aumenta o limite da contribuição por título gratuito até 25% e progressiva a contribuição por título oneroso
1921.11.24			Pagamento em ouro dos direitos de importação
1922.09.21			Lei n.º.1368: Reforma Fiscal dos Impostos: Transacções, Contribuição predial e industrial, sobre aplicação de capitais(em vez de contribuição de juros), pessoal de rendimento e contribuição do registo por título oneroso
1924.07.17  09.09			Alargamento do campo de aplicação do imposto de selo às bebidas engarrafadas e perfumarias Actualização das contribuições predial rústica, industrial e imposto de rendimento
1926.05.28 .11.20	Governo da ditadura militar		dl. n.º.12700: Regulamento do imposto de selo
1927.12.03			DI n.º. 14643: imposto sobre o jogo
1928.03.30  .04.26	Salazar, ministro das Finanças		Reorganização da contribuição predial rústica e urbana dl. n.º.15290: Extinção do imposto pessoal sobre o rendimento e cria o imposto complementar Altera taxa de contribuição de registo por título gratuito ou oneroso
1929.04.13			Decreto n.º.16731: Bases do novo sistema tributário, abolido imposto sobre valor de transacções
1931-04.04	Revolta da Madeira		
1932.02.26 .11.28			Adicional sobre os direitos de importação dl. n.º.21916: Tabela geral do imposto de selo
1936.11.21	Regulamentação do processo de		

	elaboração da conta geral do estado		
1937.11.27	Criação do arquivo histórico do ministério das Finanças		
1941.12.15			DI n.º31730: Regulamento das alfândegas
1944.03.23			Alteração do imposto sobre os lucros extraordinários de guerra
1946.04.13			regulamento do imposto complementar
1949.02.21			DI n.º.37313: imposto de uso, porte e detenção de armas
1953.		I Plano de Fomento	
1956.11.23			Benefícios de dedução da cont. industrial das empresas que procedam a investimentos
1958.06.11 .11.24 .11.25	eleições presidenciais aprovação do II plano de fomento		dl. n.º.41969: Código de Sisa e do imposto sobre sucessões e doações
1959.11.18			Pautas de importação
1961.06.30			Criação do imposto sobre consumos supérfluos ou de luxo imposto de consumo para os tabacos
1962.03.14 .04.27 .09.10			Novo regime para a cobrança do imposto sobre consumos supérfluos ou de luxo DI n.º.44305: Código do imposto profissional dl. n.º.44561: Código do imposto de capitais
1963.04.24 .04.27 .07.01			Regulamento do imposto para a defesa e valorização do ultramar Código do processo das contribuições e impostos DI n.º.45103: Código da contribuição industrial dl. n.º.45105: Código da contribuição predial e do imposto sobre a indústria agrícola
1964.10.19 .12.14	Bases para a execução do plano intercalar de fomento		Alterações aos códigos de contribuição industrial, do imposto profissional e do complementar
1965.04.27 .06.09			Reforma Aduaneira dl. n.º.46373: Código do imposto de mais-valias
1966.07.01			dl. n.º.47066: Código do imposto de transacções

			desaparecem os impostos aduaneiros que incidiam sobre a exportação
1967.04.15			dl. n.º.7642: Imposto sobre minas e águas minerais
1968.02.12 .03.25 .04.05			Isenção de direitos de importação sobre bens de equipamento Nova redacção dos diversos códigos de impostos Alteração do regime de alguns impostos
1969.12.30			Alterações nos códigos de diversos impostos
1971.07.15  .12.06 .12.31		Nova classificação das receitas e despesas públicas	Alterações ao código de sisa e imposto sobre sucessões e doações Alterações no regime de vários impostos Alterações no regime de vários impostos
1972.12.31			dl.nº.599: Criação do imposto sobre veículos
1973.12.26 .12.31			Criação do imposto sobre a venda de veículos automóveis Alterações no regime de vários impostos
1974.04.25	Golpe militar derruba o regime do Estado Novo		
1986.01.01	Integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia		Introdução do imposto sobre valor acrescentado(IVA)
1989.0101			Impostos sobre o rendimento das pessoas singulares(IRS) e das pessoas colectivas(IRC)

1999.01.01	Decreto-Lei nº 398/98, de 17/12	Os princípios fundamentais do sistema fiscal, as garantias dos contribuintes e os poderes da administração tributária.	Lei Geral Tributária (LGT)
2000.01.01	Decreto-Lei nº 433/99, de 26/10	Um Código de Processo Judicial e das Execuções Fiscais.	Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT)
2001.07.05	Lei nº 15/2001, de 05/06	Reforço das garantias dos contribuintes e simplificação processual, reformulação judiciária tributária e novo regime das infrações tributárias.	Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT)
2003.12.01	Decreto-Lei nº 287/2003, de 12/11	Reforma da Tributação do Património (RTP)	Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – incorporação do “Código” das Avaliações.
2004.01.01	Decreto-Lei nº 287/2003, de 12/11	Reforma da Tributação do Património (RTP)	Código do Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas (IMT)
2004.01.01	Decreto-Lei nº 287/2003, de 12/11	Reforma da Tributação do Património (RTP)	Código do Imposto de Selo (IS) – abrangendo as transmissões gratuitas de bens imóveis, móveis sujeitos a registo e contas bancárias.

FONTES: Guilherme d' Oliveira Martins, *O Ministério das Finanças*, Lisboa, 1988; Soares Martínez, *Direito Fiscal*, Coimbra, 1998; António L. De Sousa Franco, *Finanças Públicas e Direito Financeiro*, 2 vols, Coimbra, 1999; **António Soares da Rocha**, a partir de 1989, através de análise da legislação indicada e do blog [www.antoniosoaresha.com](http://www.antoniosoaresha.com).